

## **FOUCAULT E O ESPETÁCULO DO MUNDO: NOTAS ACERCA DE UMA POSSÍVEL HISTÓRIA DA SUBJETIVIDADE**

*Alexandre Filordi de Carvalho\**

### **RESUMO**

Neste artigo, aproximaremos o campo da história com a temática da subjetividade em Michel Foucault. O foco principal de nossas questões é o de apontar como o constante esforço de modificação no exercício e domínio da história tem por consequência ressaltar os campos e níveis heterogêneos de problematizações e transformações dos processos históricos de subjetividades. Para tanto, abordaremos certos jogos de reformulações operadas por Foucault, cujas regras de análise, eixo de questões, objetivos e conclusões podem ser entendidos como uma relação entre domínios da história e experiências nas quais o sujeito tem a sua constituição. Com isto, defendemos que a problemática da subjetividade recobre globalmente a trajetória de seu pensamento.

**PALAVRAS-CHAVE:** História. Subjetividade. Sujeito. Experiências

### **ABSTRACT**

In this article, we will approach the field of history with thematic of the subjectivity in Michel Foucault. The main focus of our questions is to point as the constant effort of modification in the exercise and domain of history has for consequence to stand out the fields and heterogeneous levels of problems and transformations of the historical processes of subjectivities. For in such way, we will approach certain restatement's play operated by Foucault, whose rules

---

\* Doutor em Filosofia pela Universidade de São Paulo (USP) e Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professor de Filosofia da Educação do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). E-mail: [filordi.carvalho@unifesp.br](mailto:filordi.carvalho@unifesp.br)

of analysis, axle of questions, objectives and conclusions can be understood as a relation between domains of history and experiences in which the subject has its constitution. With this, we defend that the problematic of the subjectivity globally recovers the trajectory of his thought.

**KEYWORDS:** History. Subject. Subjectivities. Experiences

### Considerações iniciais

*A idéia é de que cada um de nós vive uma série de fatos, e esta série de fatos pode ou não ser paralela a outras. Por que aceitar esta idéia? É uma idéia possível; ela nos daria um mundo mais vasto, um mundo mais estranho que o atual. A idéia de que não há um tempo. A idéia de vários tempos.*

Jorge Luis Borges  
Borges, Oral – *O tempo*.

Colocar em causa história e subjetividade no pensamento de Foucault demanda atentarmos para a relevância da inexorável trama de transformações em que as cenas vão se modificando, quadro a quadro, em favor de uma abordagem que redobra suas ações como focos de problemas que se aprofundam. Por repetidas vezes, estes quadros são esmiuçados, transformados em cacos, pontuados, meticulosamente escolhidos, a fim de evidenciar a força dos movimentos que compõe as cenas da tragédia dos homens ocidentais. Quer dizer, “a maneira que os homens do Ocidente viram as coisas sem jamais colocar a questão se era verdadeiro ou não, a maneira que eles montaram, por eles mesmos, pelo jogo de seus olhares, o espetáculo do mundo” (FOUCAULT, 1978, p. 571).

Ao percorrermos a obra de Foucault<sup>1</sup> – mais do que em qualquer

---

<sup>1</sup> A expressão obra não pretende sugerir unidade de escrita, estilo ou temática. Também não pretende autenticar certos resultados de um discurso individual, homogêneo e de filiação identificadora, pois, em Foucault, a obra é uma constante abertura de espaço onde o sujeito escritor não cessa de desaparecer. Foucault destrói a ideia ordinária de

outra – ganha evidência o seu esforço para destacar algumas disposições das cenas deste espetáculo: o ritmo sincopado nelas presente, o tom em que vão se materializando, a maneira como se tornam vivas ao olhar, assumindo sentidos, ao passo que o espetáculo do mundo se firma no seu modo de fazer história. Nesta medida, trata-se mais de saber como se produziram, como se constituíram determinadas cenas cujas especificidades tornaram possível a experiência indelével e intransferível do que somos.

Quanto a este ponto, é forçoso saber que não podemos olhar para cenas diferentes da mesma maneira. Isto significa pensar, e até mesmo o justificaria, as mutações provocadas ao longo do seu modo de fazer história. A todo instante, o que não se deixou de levar em consideração foram as distintas demandas em evidenciar que, nas cenas de loucura, doença, prisão e sexualidade, não atuava um sujeito original, mas que tais cenas deixavam pistas de que ele possuía um tipo de gênese, um tipo de formação, uma história tão diferente do que se havia imaginado quanto se havia dito.<sup>2</sup> Podemos admitir, portanto, um jogo de reformulações operadas por Foucault, cujas regras de análise, eixo de questões, objetivos e conclusões se confundem com os espaços e os tempos abarcados por seu pensamento.

Desta maneira, o foco principal de nossas questões é o de apontar como esta dinâmica afeta, modifica e aprofunda a relação entre o seu modo de fazer história e determinadas abordagens concernentes ao que gostaríamos de designar de história da subjetividade. Ou melhor, dos processos de subjetividades que funcionam como solo de fecundidade de certas experiências que não podem ser separadas de nossa constituição: o cenário impôs o ritmo da cena, da ação e do papel.

### **Subjetividades: figuras históricas em espaços de dispersão**

Apesar das incontáveis torções de fundo teórico presentes na obra de Foucault, de afirmações outrora sustentadas se transformarem em negações,

---

obra para fazer circular uma crítica inicial aos espaços definidores de saber. Portanto, a obra é apenas um nome estratégico que damos à trajetória de seu pensamento, nela resguardadas suas fissuras, descontinuidades, impasses, aberturas e incongruências.

<sup>2</sup> Conforme Foucault argumentou, “o sujeito tem uma gênese, o sujeito tem uma formação, o sujeito tem uma história; o sujeito não é original” (FOUCAULT, 1978, p. 590).

do não compromisso em desenvolver, por vezes, o que se prometeu, das discussões elaboradas ao longo de eixos temáticos; um escopo fundamental insiste em revitalizar, ao que pensamos, de diferentes maneiras, os modos de se fazer ali história. A dificuldade crucial, é importante destacar, coloca-se na encruzilhada das modificações que são austeramente assumidas e das afirmações que tentam alimentar uma espécie de força motriz da obra. Segundo a nossa interpretação, a questão motriz pode ser os processos históricos de constituição das experiências de subjetividade ocidental; as modificações são frutos de um trabalho de prospecção em torno deste incansável ponto historicizado, isto é, elas dizem respeito a um processo inquietante, inacabado, constantemente revisado que não pretende estar no mesmo nível da segurança sistemática.

Mas ao assumirmos tal posição, é necessário elaborar uma indagação. Se levarmos em consideração as distintas fases da empresa foucaultiana, a rigor, seria possível pôr em relevo o caráter eminentemente coerente de uma problemática a ser acentuada, mesmo por diversos desdobramentos? Em 1961, com a *História da loucura*, Foucault inaugurou a história das “experiências fundamentais pelas quais uma cultura expõe os valores que lhe são próprios” (2000, p. 228). Destacando um tipo de análise “não no nível de uma crônica de descobertas, ou de uma história das idéias, porém seguindo o encadeamento de estruturas fundamentais da experiência” (*Ibid*, p. 653), fez-nos vislumbrar as transformações ocorridas no homem em relação à sua verdade. “Do *homem ao homem verdadeiro*, o caminho passa pelo *homem louco*” (*Ibid*, p. 649), disse-nos Foucault, com intuito de ressaltar as distintas formas pelas quais o tratamento dispensado à loucura acompanhou a fundamentação da verdade no homem moderno. Então, as percepções da loucura que foram se modificando também alteraram a relação do homem com a verdade. Doravante,

[...] o homem não é mais considerado numa sorte de retirada absoluta em relação à verdade; ele é sua verdade e o contrário de sua verdade; é ele mesmo e outra coisa que ele mesmo; é tomado na objetividade do verdadeiro, mas é verdadeira subjetividade; é absorvido dentro daquilo que perde, mas não se entrega senão ao que quer fazer; é inocente porque não é o que é; e culpado de ser o que não é (*Ibid*, p. 652).

À medida que se destaca a proximidade central entre o tema homem e verdade, passamos a enxergar as modificações implicadas nas transformações de concepções da própria verdade, prenunciando a preocupação nodal dos anos oitenta acerca da subjetividade como relação com a verdade. Mas, em nossa hipótese, foi a *História da loucura* que lançou as bases para a consecução deste eixo de ocupação, pois levou Foucault a notar que, do período *Clássico* à emersão do homem moderno, “o ser humano não se caracteriza por certa relação com a verdade; mas ele detém, como pertence ele próprio, ao mesmo tempo aberta e fechada, a uma verdade” (*Ibid*, p. 653). E quais as implicações disto?

Pertencer a uma verdade é encontrar-se num tipo de saber ordenado, num espaço histórico delimitado que, no entanto, arregimenta os fundamentos e condições possíveis “que se oferecem nas coisas como sua lei interior” (FOUCAULT, 1999, p. XVI) ou, em outros termos, é o que permite o modo de ser de certas empiricidades tornarem-se conhecidas pela experiência e pensamento. Ao examinar as diferentes cenas das empiricidades concernentes ao Ocidente, não nos deparamos apenas com o conjunto de leis patentes na interioridade de cada fenômeno sutil e escandalosamente visível que vieram a caracterizar o incontornável de nosso pensamento. Mas podemos avançar no sentido de explicar a “mecânica de um processo histórico” (FOUCAULT, 2001, p. 229) que, como Foucault gostava de enfatizar, tendia a uma sujeição persistente e incompleta, pois o saber que pesa na confluência das práticas de nossa cultura não somente ordena o jogo de representação do homem, como confere a ele códigos ordenadores e limitantes para o seu modo de ser. Consequentemente, vemos que desde o momento em que a História<sup>3</sup>

<sup>3</sup> No contexto da obra *As palavras e as coisas*, a História maiúscula refere-se à “região mais erudita, mais informada, mais desperta, mais atravancada talvez de nossa memória; mas é igualmente a base a partir da qual todos os seres ganham existência e chegam à sua cintilação” (FOUCAULT, 1999, p. 300). É evidente que em Foucault o que encontramos é uma história minúscula, ou seja, relacionada, *grosso modo*, aos acontecimentos segundo as suas disposições manifestas, sem a pretensão da ação global da disciplina História (Cf. *Ibid.*, p.298). Em Foucault, como acentua Jacques Le Goff, a “história com um pequeno ‘h’, história dos historiadores” está para um campo metodológico da história, enquanto que a “História com um grande ‘H’ está para a evolução das sociedades humanas que o historiador procura dominar como objeto de uma disciplina, de um saber. Ainda neste aspecto, concordamos com Le Goff que tal

tornou-se “o modo de ser fundamental das empiricidades, aquilo a partir do que elas são firmadas, postas, dispostas e repartidas no espaço do saber para eventuais conhecimentos e para ciências possíveis” (FOUCAULT, 2002, p. 12), a prática histórica não cessou de denunciar o ritmo crescente dos saberes sujeitados que falam das próprias experiências de subjetividades sujeitadas. Devemos entender por saberes sujeitados

[...] toda uma série de saberes que estavam desqualificados como saberes não conceituais, como saberes insuficientemente elaborados: saberes ingênuos, saberes hierarquicamente inferiores, saberes abaixo do nível do conhecimento ou da cientificidade requeridos (*Ibid*).

Não é à toa que a instauração de uma prática historiadora na vertente de uma reviravolta de saber será imprescindível para liberar os “conteúdos históricos que foram sepultados, mascarados em coerências funcionais ou em sistematizações formais” (*Ibid*, p. 11). Ao que nos parece, a peculiaridade e multiplicidade de seus temas e abordagens caminham nesta direção.

Ora, é neste contexto, poderíamos dizer pressuposto teórico do pensamento foucaultiano, que a subjetividade emerge como problemática sob a perspectiva de uma história que pretende se desraigar das formas condicionadas de saber. Essa ideia, aliás, é estofa da determinação na construção paulatina, por meio de vários contornos, desvios, retomadas e superações, da concepção de história que leva em conta as mudanças metodológicas exigentes para esculpir a heterogênesse das questões históricas responsáveis por uma análise e formulação de subjetividade. Cremos que o objetivo *a fortiori* de Foucault é afastar-se constantemente dos processos de um saber sujeitante que pudesse servir de referência na compreensão dos temas atinentes à evidência de um tipo de sujeito cujo saber histórico e filosófico não cansou de reproduzir ou sujeitar. Foucault nos chamou a atenção para esta dimensão ao afirmar que “toda a civilização ocidental foi sujeitada, e os filósofos não fizeram outra coisa

---

dificuldade de vocabulário reflete os nódulos do pensamento acerca da História, mas gostaríamos de deixar claro que não vemos uma alusão de que a História maiúscula, em Foucault, necessariamente se reporte a uma “evolução das sociedades humanas”, como interpreta Le Goff. (Cf. LE GOFF, 1997, p. 129-139).

senão estabelecer a constatação, em referência a todo pensamento e toda verdade da consciência, do Eu (*Moi*), do Sujeito” (1969, p. 789). Entretanto, quando passamos a conceber que “o sujeito não é um, mas cindido, não soberano, mas dependente, sem origem absoluta, mas função que não cessa de modificar-se” (*Ibid*), deparamo-nos com os desdobramentos das cenas históricas que nos levam ao entendimento dos tipos de sujeitos problematizados e às formas dos campos de subjetividades implicadas nesta concepção que, em todo caso, não cessa de se transformar na medida de um percurso que não se pretende acabado.<sup>4</sup>

Ainda a propósito desta questão, é como se Foucault convocasse, a cada vez, novas plataformas capazes de elevar o seu observatório num limite ainda mais altivo. Esforçando-se para plasmar uma prática historiadora longe dos saberes que sujeitam, Foucault vê no horizonte a dificuldade essencial para a qual se dirige: “o homem de que nos falamos e que nos convidam a libertar já é em si mesmo o efeito de uma sujeição bem mais profunda que ele” (FOUCAULT, 1987, p.31). Esta sujeição profunda representa o jogo e trama invisíveis das condições históricas latentes da constituição da subjetividade contemporânea que necessitam ser investigadas desde a sua raiz. E aqui, as contribuições decisivas de Foucault colocam-se em duas perspectivas distintas: em sua profundidade e em sua extensão em torno

[...] de práticas que constituem uma espécie de fenômeno extremamente importante, não somente na história das

<sup>4</sup> Ao colocarmos a obra de Foucault no estatuto de que as modificações ocorridas ao longo de sua produção é fruto de uma reproblemática da subjetividade ocidental, nos afastamos do nível de interpretação que enfatiza uma dinâmica entre o desaparecimento e o retorno do sujeito. Podemos destacar, como exemplo, Dosse, o qual considera que, a partir de 1976, Foucault vai “problematizar aquilo que até então ele evitara e minorara, a ponto de fazê-lo desaparecer de seu campo filosófico: o sujeito” (DOSSE, 1999, p. 227). É verdade que, sobretudo nas obras *História da Loucura* e *O Nascimento da Clínica*, o sujeito não está relevado, mas isto se deve justamente pelo fato de Foucault já questionar um tipo de interpretação acerca da concepção de sujeito. Não quer dizer, contudo, como será aduzido mais adiante, que não houvesse uma problematização acerca do sujeito/subjetividade. Foucault, a nosso ver, já enfatizava que o anonimato do sujeito é uma das características mais marcantes dos processos históricos de sujeição na história do Ocidente.

representações nem na história das noções ou teorias, mas na própria história da subjetividade ou, se quisermos, na história das práticas da subjetividade (2004, p. 15).

Apesar de o contexto deste excerto nos remeter à temática do cuidado de si mesmo, como transposição ou superação do *conhecer a si mesmo* estritamente do ponto de vista do conhecimento racional na modernidade; de nossa parte, vemos nesta referência uma chave importante para as transmutações de temas que orbitam na constituição de uma história da subjetividade. Tanto é que, no mesmo curso denominando *A hermenêutica do sujeito*, de 1982, a posse da seguinte argumentação assinalava favoravelmente para a nossa interpretação:

[...] no fundo, a questão que me coloco é a seguinte: como pôde constituir-se, através deste conjunto de fenômenos e processos históricos que podemos chamar de nossa “cultura”, a questão da verdade do sujeito? Como, por que e a que preço, temos nos empenhado em sustentar um discurso verdadeiro sobre o sujeito, sobre o sujeito que não somos, enquanto sujeito louco ou sujeito delinqüente, sobre o sujeito que, de modo geral, nós somos enquanto falamos, trabalhamos, vivemos, e enfim sobre o sujeito que, no caso particular da sexualidade, nós somos direta e individualmente para nós mesmos? (FOUCAULT, 2004, p. 308).

Com esta série de indagações, é possível notar o corte transversal que Foucault operou em sua obra em relação à temática da subjetividade. Aliás, tal dimensão torna-se mais contundente no trecho seguinte que o manuscrito deste curso traz:

[...] se a questão da crítica é a de saber sob que condições gerais pode haver verdade para o sujeito, a questão que gostaria de colocar é a seguinte: sob que transformações particulares e historicamente definíveis, o sujeito teve que se submeter a si mesmo para que houvesse a injunção de dizer a verdade sobre o sujeito? (*Ibid*)<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> Neste aspecto, embora seja possível interpretar a obra de Foucault no sentido da “questão da verdade”, como bem faz Gros, destacando que “o homem é fundamentalmente refletido



Segundo a nossa hipótese interpretativa, é o entendimento dispensado a estas transformações particulares e historicamente definíveis a chave de compreensão das distintas questões que Foucault elaborou sem, contudo, afastar-se da subjetividade. Sendo assim, para reverter de maneira completa o discurso que se pode elaborar acerca do sujeito, forjando uma nova perspectiva na aceção e entendimento de sua constituição, julgamos que Foucault procedeu cavando fossos para determinar seus próprios caminhos. Em outros termos, forjou um princípio geral de heterogeneidade levando em consideração o fato de que “a história de uns não é a história de outros” (2002, p. 81). Isto equivale a dizer que somos permitidos a ver na história uma função de contra-história, pois, segundo o seu julgamento, “o discurso histórico, o discurso dos historiadores, essa prática que consiste em narrar a história permaneceu por muito tempo aparentada com os rituais de poder” (*Ibid*, p. 76), na mesma proporção em que “a história como os rituais, como as sagrações, como os funerais, como as cerimônias, como os relatos legendários, é um operador, um intensificador de poder” (*Ibid*, p. 77). Entrementes, a alusão que nega, paradoxalmente, pode afirmar. Nesse sentido, se houve na história o domínio de relatos do triunfo de uns, doravante há a imperiosa tarefa de fazer emergir os relatos da submissão de outros. Podemos dizer que se trata de uma tarefa que se põe, em revanche, na perspectiva de redistribuir a ênfase outrora dada à toda-poderosa dominação do tempo e espaço pelo sentido da história unívoca.

Por conseguinte, a cadência e o compasso implicados nesta tarefa não podem ser os mesmos concernentes às mutações temáticas, noções empregadas e abordagens desferidas. Porque há uma “luz que divide, que aclara de um lado, mas deixa na sombra, ou lança para a noite, uma outra parte do corpo social” (*Ibid*, p. 81-82), e a penumbra não pode ser tomada de uma só vez, pois alude às várias histórias diferentes que não conciliam “vários tempos, várias durações, várias velocidades”, ao contrário, “embaralham-se uns com os outros” (1978, p.581). A contra-história é o paroxismo delator daquele sofrimento anunciado por Nietzsche (2000): sofremos de uma febre

---

em sua obra como *animal de verdade* (*animal de vérité*), julgamos a verdade e os jogos que se estabelecem ao seu redor como um dos componentes importantes da subjetividade ocidental. No nosso caso, este é o “fio vermelho” da obra – para nos valeremos de outra expressão de Gros – e não a temática da verdade. (Cf. GROS, 2004, p. 11-25).

histórica delirante. A contra-história quer “mostrar que as leis enganam, que os reis mascaram, que o poder ilude e que os historiadores mentem”; ela “será a decifração de uma verdade selada” (FOUCAULT, 2002, p. 84); ela será a decifração das dissimetrias.

Mas como, então, escrever esta história? Em nosso entender, a indagação é o núcleo ativador do revisionismo foucaultiano que dissolve a “idade da história” como dispositivo conceitual e narrativo próprio capaz de fornecer um acabamento de sentidos.<sup>6</sup> Desde então, a história se tornou uma dobradiça irregular destinada ao conhecimento de temáticas irregulares que, se tomada como conjunto, dispõe ao pensamento a irregularidade fundamental da temática da subjetividade. É em função deste cenário que Foucault continuamente “libertar-se de todo um jogo de noções que diversificam, cada uma à sua maneira, o tema da continuidade” (2002a, p. 24).

Com efeito, as temáticas que são construídas, propositalmente instruídas na direção de uma contra-história, passam a revelar o revés, a porosidade e as asperezas de uma

[...] grande história plana, uniforme em cada um de seus pontos, que teria arrastado num mesmo fluir, numa mesma queda ou numa mesma ascensão, num mesmo ciclo, todos os homens e, com eles, as coisas, os animais, cada ser vivo ou inerte, e até os semblantes mais calmos da terra (FOUCAULT, 1999, p. 508).

Com este registro, Foucault aproxima-se da seara dos pensadores que questionam os grandes blocos, períodos inequívocos da identidade baseada na repetição, que pretendem evidenciar a lenta e contínua evolução

---

<sup>6</sup> Colocar-se contra a “idade da história”, uma expressão de Rancière (*apud* FARGE, 1997), é ativar uma forma de fazer história longe e distinta das narrativas homogêneas que “não restituem nenhuma aspereza, nenhum lugar-fora ou não-lugar nos quais as palavras poderiam ser ditas”, como assinala Farge. Desta forma, “a idade da história tem sido por onde os historiadores inventaram um dispositivo conceitual e narrativo próprio para neutralizar o excesso de palavras” (FARGE, 1997, p. 88-89). Sabemos que Foucault trabalha não na direção da narrativa, descrição ou inscrição equivalente de sentidos territorializados. Ao contrário, desfaz com a escrita, desterritorializa, desloca, devolve à palavra o seu excesso a partir do acontecimento desclassificado, ou melhor, até então desconhecido.

de uma civilização identificada pelo jogo do mesmo. Quer dizer, das estruturas econômicas, estabilidades sociais, comportamentos políticos, hábitos técnicos, enfim, tudo o que pudesse ser submetido a um mesmo tipo de transformação. Não menos diferente, ideias e temas associados ao princípio, sucessão e encadeamento dos fatos: totalização de recortes que, de uma maneira ou de outra, acabam por fazer da história uma disciplina dos começos e dos fins, descrevendo o que insiste ser visível, reconstituindo desenvolvimentos lineares, não compõem o campo gravitacional de questões que giram em torno do campo foucaultiano.<sup>7</sup>

Sob este horizonte, encontramos a construção de um novo regime de visibilidade enquanto história, trazendo inevitavelmente uma vastidão de conseqüências que persistem no decurso da empresa de Foucault. Em um movimento cada vez mais acentuado, desde a *História da Loucura*, podemos verificar o relevo do caráter historiador que se afasta das “cronologias e sucessões históricas de toda perspectiva do ‘progresso’”, restituindo à história da experiência um movimento que em nada se dá à finalidade do conhecimento ou à ortogênese do saber” (2000, p. 165-166). Desta afirmação, a questão a ser sublinhada é o movimento enquanto fenômeno de uma descontinuidade atinente aos

[...] limites de um processo, o ponto de inflexão de uma curva, a inversão de um momento regulador, as fronteiras de uma oscilação, o umbral de um funcionamento, a emergência de um mecanismo, o instante de desordem (*dérèglement*) de uma causalidade circular (FOUCAULT, 1968, p. 698).

Com este propósito, excluídas as especificidades dos últimos volumes da *História da sexualidade*, Foucault não somente tentou avançar

---

<sup>7</sup> É preciso ter isto em mente, pois é justamente esta perspectiva que embasa e justifica os desencontros aparentes das obras de Foucault. Parece-nos que o desenvolvimento da obra aprofunda estas questões cada vez mais, o que provoca em muitos leitores o que poderíamos designar de vertigem de coerência, algo que, nos termos de Jacques Revel, decorre do fato de muitos “historiadores – e não somente eles – não terem prestado atenção”, ou ainda, terem entrado “nos textos de Foucault em momentos diversos, com preocupações e motivações particulares, produzindo vários Foucault, às vezes mal reconhecido, em todo caso dificilmente compatível e cumulável” (1997, p. 110).

na explicação dos fenômenos sutis e pontuais de diferentes maneiras, como também, aliás, focalizou “datas históricas precisas” (2001, p. 415). Seu intuito era o de forjar a história da subjetividade que, como afirmava, teria sido “empreendida estudando as divisões realizadas na sociedade em nome da loucura, da doença, da delinquência, e seus efeitos sobre a constituição de um sujeito razoável e normal” (1981, p. 21).

Contudo, seria temerário, a propósito desta questão, não ressaltar a *démarche* operada na obra a partir de alguns cursos no *Collège de France* os quais contemplaram a temática da governamentalidade. Entrecruzando “uma história da subjetividade e uma análise das formas de ‘governamentalidade’” (1997, p. 110), sob uma ótica diferente, Foucault anunciou a intenção de se aprofundar nos estudos que contemplassem “a história do ‘cuidado’ e das ‘técnicas’ de si”. Portanto, notemos bem a diferença:

[...] uma maneira de fazer a história da subjetividade; porém, não mais através da separação entre loucos e não loucos, doentes e não doentes, delinquentes e não delinquentes, não mais através da constituição de campos de objetividade científica, dando lugar ao sujeito que vive, que fala e que trabalha. Mas através do empreendimento e das transformações, na nossa cultura, das “relações consigo mesmo”, com seu arcabouço técnico e seus efeitos de saber. Seria possível, assim, retomar num outro aspecto a questão da “governamentalidade”: o governo de si por si na sua articulação com as relações com o outro (como é encontrado na pedagogia, nos conselhos de conduta, na direção espiritual, na prescrição dos modelos de vida etc) (*Idib*, p. 111).

Ora, a diferença decisiva de tônica opera numa direção muito precisa, a nosso ver. Com ela são sublinhadas as transformações do descontínuo, temas aparentemente desconexos entre si, mas que evocam a incidência oposta da história contínua, pois todo empreendimento histórico, até então, consistia em “fazer da consciência humana o sujeito original de todo saber e de toda prática” (1968, p. 699).

Assim, admitindo este cenário transmutável, podemos cogitar que, ao longo da própria obra de Foucault, somos interditados de procurar uma sistematicidade e uma ordem das sucessões cronológicas que evidenciem

com clareza e sem problemas o foco da temática subjetividade. Além de ingênua, tal tomada de posição deporia contra os efeitos prático-teóricos que o tratamento dispensado à história instaura na própria trajetória das análises que privilegiam os espaços de dissensão e heterogeneidade. Neste caso, não se busca a unidade, efeito de escansão, cujo horizonte ao qual se dirige pudesse ser o de “*uma ciência, uma mentalidade, uma cultura*” (2002a, p. 183), *uma* subjetividade, acrescentaríamos nós. A história deixaria de ter um efeito unificador, entretanto, para acentuar um efeito multiplicador, já que “não se destina a reduzir a diversidade dos discursos nem a delinear a unidade que deve totalizá-los, mas sim a repartir sua diversidade em figuras diferentes” (*Ibid*). Se colocamos a história nestes termos, é justamente porque sustentamos que, no caso da subjetividade, Foucault visou armar o espetáculo das diferentes perspectivas históricas a nos afastar de uma análise e abordagem unívocas e essencialistas referentes ao sujeito ocidental e aos seus jogos possíveis de constituição. Não seria inoportuno admitir que está em questão o desmantelamento de um abrangente projeto histórico-transcendental caracterizado pela tentativa de

[...] procurar, além de toda manifestação e de todo nascimento histórico, uma fundação originária, a abertura de um horizonte inesgotável, um projeto que seria um recuo em relação a todo acontecimento, e que manteria por intermédio de um esboço sempre desatado a história de uma unidade que não se conclui (FOUCAULT, 1968, p. 675).<sup>8</sup>

<sup>8</sup> Quando Foucault afirmou que “o mundo ignora toda lei” (1974, p. 1414), assinalou para a tarefa de o pensamento trabalhar na direção da incansável *l’oeuvre à venir*, pois, como bem comenta a historiadora Farge, “nós vivemos sem referências nem coordenadas originárias numa miríade de acontecimentos perdidos: assim, desde a origem, não se teve a ordem, nem a razão, nem mesmo a liberdade. Estes postulados, longe de fornecer uma bruma definitiva sobre o caminho do historiador, permitem construir um olhar novo sobre o que Foucault denominou de desordem” (FARGE, 1997, p. 38). Com isto, chamamos a atenção para o aspecto das intensidades diferentes, os furores secretos da obra que levam em consideração os mecanismos do jogo de desmontagem das linhas definidoras do entendimento das questões históricas atinentes aos mais distintos atores sociais.

Em nossa consideração, o delineamento deste contexto representa o desenvolvimento do campo no qual o pensamento do filósofo francês se situa com o intuito de operar um desengate de certos procedimentos históricos que poderiam ser resumidos na ideia de uma *história global*. Quer dizer, buscando transformações particulares e historicamente definíveis, Foucault colocou em dúvida os postulados que procuram

[...] reconstituir a forma de conjunto de uma civilização, o princípio – material ou espiritual – de uma sociedade, a significação comum a todos os fenômenos de um período, a lei que explica sua coesão – o que se chama metaforicamente o ‘rostro’ de uma época (2002a, p. 11).

Desse modo, é com determinação que relações homogêneas, os suportes interpretativos únicos e atinentes às mesmas formas e às grandes unidades, cederão lugar a uma historicidade que refuta as análises como domínio de significantes, isto é, não se busca o sentido de um acontecimento: “a história não tem sentido, o que não quer dizer que é absurda ou incoerente. Ela é, ao contrário, inteligível e deve ser analisada até o seu menor detalhe: mas segundo a inteligibilidade das lutas, das estratégias e das táticas” (FOUCAULT, 1977, p. 145).

Este quadro nos indica que as relações existentes na história são entrecruzadas por uma mobilidade belicosa, ou seja, não pertencem a uma calmaria estática de sentidos que, globalmente, poderiam sugerir uma coesão dos fatos. Devemos notar todos estas questões para, doravante, podermos circunscrever a empresa de Foucault numa *história geral*, em que é sublinhada, mais uma vez, a ideia de quadros. Senão vejamos:

[...] o problema que se apresenta – e que define a tarefa de uma história geral – é determinar que forma de relação pode ser legitimamente descrita entre essas diferentes séries; que sistema vertical podem formar, qual é, de umas às outras, o jogo das correlações e das dominâncias; de que efeito podem ser as defasagens, as temporalidades diferentes, as diversas permanências; em que conjuntos distintos certos elementos podem figurar simultaneamente; em resumo, não somente que séries, mas que “séries de séries” – ou, em outros termos, que “quadros” – é

possível constituir. Uma descrição global cinge todos os fenômenos em torno de um centro único – princípio, significação, espírito, visão de mundo, forma de conjunto; uma história geral desdobraria, ao contrário, o espaço de uma dispersão (2002a, p. 11).

De fato, não concebemos que se distancia das abordagens empreendidas por Foucault o tríplice eixo de incursões históricas privilegiando *séries de séries*, cujos pontos de inflexão e contato sublinham a dimensão descontínua de se pensar a história – saber, poder, experiências de subjetividades. Com isso, a questão preponderante é, ao que pensamos, a dos *efeitos* visíveis ou enunciados que, em uma determinada série, são capazes de permitir ao pensamento a apreensão do acontecimento pontual abordado. Conseqüentemente, todo *espaço* de dispersão emergirá como núcleo de força motriz a atuar, em nosso entender, nas linhas que passam a constituir a multiplicidade de abordagens encarregadas de instilar as condições históricas diferentes – *séries de séries* – da temática da subjetividade, que não cessa de se recompor. Ocorre, contudo, que tal dinâmica não é delineada sem os seus impasses, dificuldades teóricas e redimensionamentos de enfoques. Aliás, a perspectiva da história geral, como intenta Foucault, permite-nos entender a razão das modificações mais profundas encontradas em sua obra que, de uma forma ou de outra, faz dela um problema à medida que o termo problema consigna a própria tentativa de superação de abordagens teóricas e práticas à guisa de seu pensamento.

Não é sem sentido que a história como diagnóstico passa a ser considerada tarefa incoativa. Devemos entender por diagnóstico a relação direta com o presente, ou seja, as contribuições decisivas que o filósofo francês desenvolveu na tentativa de “dizer o que somos atualmente e o que significa, na atualidade, dizer o que nós dizemos” (1967, p. 606). Mapear, por assim dizer, as ambientações nas quais vivemos não significa encontrar as identidades ou essências do que *somos*, mas o que fazemos para ser o que *somos*. Trata-se de ver na história as ações e práticas – oficinas de produção – que, sob nossos pés, constituíram um “universo de pensamento, de discurso, de cultura” (*Ibid*, p. 613), que tornaram as condições imprescindíveis para ser o que somos. Então, diagnosticar o presente equivale a “dizer que nosso

presente é diferente e absolutamente diferente de tudo o que ele não é, quer dizer, de nosso passado” (FOUCAULT, 1983, p. 556).

Sendo assim, o diagnóstico serve para nos mostrar as forças que atravessam o nosso momento de ser e que não conhecemos, ou pouco conhecemos, mas que ainda constituem nossa atualidade e persistem em agitar o espetáculo de nosso mundo. Desde que concebemos a empresa de Foucault na dimensão do diagnóstico, duas conseqüências importantes se destacam. Com a primeira, afastamo-nos de uma “história de soluções”, isto é, não se pretende encontrar soluções de um problema presente na solução de outro problema colocado em “uma outra época por pessoas diferentes” (FOUCAULT, 1984, p. 612). A tarefa é mais no sentido de “um trabalho de problematização e de perpétua reproblemática” (*Ibid.*) que, em nosso caso, enfatizaria os movimentos dos processos de subjetivação coletiva e individual que não cessam de problematizar a nossa constituição. Com a segunda conseqüência, contudo, temos um alcance mais abrangente enquanto dimensão de problematização, pois concerne a todas as modificações que Foucault empreendeu em suas pesquisas.

A nosso ver, o campo difuso, irregular e erodido, baseado em pressupostos e referenciais teóricos tão díspares, acabam dinamizando-se com o intuito de equipotencializar o papel da história como diagnóstico da constituição de nossas subjetividades. Da *História da loucura*, de 1961 até o terceiro volume de a *História da sexualidade*, de 1984, as mais heteróclitas modificações foram processadas, perscrutando as erupções latentes responsáveis pelo cenário no qual o homem ocidental representa determinados papéis.

### **Considerações finais**

A nosso ver, é sobre esse fundo que tentamos problematizar que se dispõem alguns dos arranjos e sinais mais marcantes da filosofia de Foucault: a história que agita a nossa história dos processos e experiências de constituição de nossas subjetividades. Suas análises históricas fazem emergir ao pensamento algumas, tão somente algumas, possibilidades de se problematizar seus objetos e seus sujeitos em constituição. A estes sujeitos não se interroga pela expressão silenciosa que, porventura, possa ocultar



ou recalcar, também por um dizer silencioso, o que eles são. Todavia, a eles se indaga sobre o fato e as condições de como vieram a lume, apareceram, manifestaram, porém, não no intuito de entender, saber ou esgotar seus conteúdos, presos naquilo que possam ser, mas, muito mais, para partir em busca das transformações e efeitos que efetuaram e ainda efetuam.

Sob essa regência, todas as coisas foram e ainda são colocadas em variação. Em Foucault, o pensamento possui uma heterotopologia, mas também as práticas, os saberes, os poderes, as formas de discurso, as subjetividades. Mas atenção: as variações são todas elas *nossas* – história crítica do nosso pensamento. Ainda uma palavra a este propósito: convém lembrar, são termos de Foucault,

[...] que a aposta, o desafio que toda história do pensamento deve suscitar, está precisamente em apreender o momento em que um fenômeno cultural, de dimensão determinada, pode efetivamente constituir, na história do pensamento, um momento decisivo no qual se acha comprometido até mesmo nosso modo de ser de sujeito moderno (2004, p. 13).

Com efeito, se os acontecimentos se atualizam pelas forças que podemos criar de maneira decisiva, então a história pode ser instrumento com o qual produzimos fraturas em todos os níveis de práticas. Dito de outro modo, se as coisas já estão feitas, elas podem, por intermédio das condições que passamos a saber como foram feitas, serem desfeitas. Não seria, assim, o nosso mundo aquele velho palco onde as transformações possíveis não se cansam de se reproblematicarem? O que dizer? Ora, tudo que dissemos poderia ser dito assim: “a história dos homens é a longa sucessão dos sinônimos de um mesmo vocábulo. Contradizê-la é um dever” (CHAR *apud* DAVIDSON, 2004, p. 664).

### Referências

BALIBAR, Étienne. Foucault et Marx: l'enjeu du nominalisme. In: *Michel Foucault philosophe. Rencontre internationale Paris 9, 10, 11 janvier 1988*. Paris: Éditions du Seuil, 1989. p. 54-77.

DAVIDSON, Arnold I. Archaeology, Genealogy, Ethics. In: HOY, Couzens David (Ed.). *Foucault: A Critical Reader*. New York: Basil Blackwell, 1987. p. 221-233.

DOSSE, François. *A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido*. Trad. Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

FARGE, Arlette. *Des lieux pour l'histoire*. Paris: Éditions du Seuil, 1997.

FOUCAULT, M. Qui êtes-vous, professeur Foucault?. In: *Dits et Écrits I – 1954-1967*. Paris: Gallimard, 1967, p. 601-620.

\_\_\_\_\_. Sur l'archéologie des sciences. Réponse au Cercle d'épistémologie. In: *Dits et Écrits I – 1954-1969*. Paris: Gallimard, 1968, p. 696-730.

\_\_\_\_\_. Qu'est-ce qu'un auteur?. In: *Dits et Écrits I – 1954-1969*. Paris: Gallimard, 1969, p. 789-821.

\_\_\_\_\_. La vérité et les formes juridiques. In: *Dits et Écrits I – 1954-1975*. Paris: Gallimard, 1974, p.1406-1514.

\_\_\_\_\_. Entretien avec Michel Foucault. In: *Dits et Écrits III – 1976-1979*. Paris: Gallimard, 1977, p. 140-160.

\_\_\_\_\_. La scène de la philosophie. In: *Dits et Écrits III – 1976-1979*. Paris: Gallimard, 1978, p. 571-594.

\_\_\_\_\_. Subjectivité et vérité. In: *Dits et Écrits IV – 1980-1988*. Paris: Gallimard, 1981, p. 213-218.

\_\_\_\_\_. Usage des plaisirs et techniques de soi. In: *Dits et Écrits IV – 1980-1988*. Paris: Gallimard, 1983, p. 539-561.

\_\_\_\_\_. À propos de la généalogie de l'éthique: un aperçu du travail en cours. In: *Dits et Écrits IV – 1980-1988*. Paris: Gallimard, 1984, p. 609-630.

\_\_\_\_\_. *Vigiar e punir*. Trad. Ligia M. Pondé Vassalo. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

\_\_\_\_\_. *Resumo dos cursos de Collège de France (1970-1982)*. Trad. Andrea Daher. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

\_\_\_\_\_. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque. 8.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

\_\_\_\_\_. *As palavras e as coisas*. Trad. Salma Tannus Muchail. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

\_\_\_\_\_. *Histoire de la folie à l'âge classique*. Paris: Gallimard, 2000.

\_\_\_\_\_. *Os anormais – curso no Collège de France (1974-1975)*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

\_\_\_\_\_. *Em defesa da sociedade – curso no Collège de France (1975-1976)*. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

\_\_\_\_\_. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 6.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002a.

\_\_\_\_\_. *A hermenêutica do sujeito – Curso no Collège de France (1981-1982)*. Trad. Márcio Alves da Fonseca e Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

GROS, Frédéric. Michel Foucault, une philosophie de la vérité. In: DAVIDSON, A. I.; GROS, F. (Orgs.). *Michel Foucault. Philosophie Anthologie*. Paris: Gallimard, 2004, p. 11-25.

LE GOFF, Jacques. Foucault et la nouvelle histoire. In: FRANCHE, D. et al (Orgs.). *Au risque de Foucault*. Paris: Éditions du Centre Pompidou, 1997. p. 129-139.

NIETZSCHE, F. *Sobre la utilidad y los perjuicios de la historia para la vida*. Madrid: EDAF, 2000.

REVEL, Jacques. Machines, stratégies, conduits: ce qu'entendent les historiens. In: FRANCHE, D. et al (Orgs.). *Au risque de Foucault*. Paris: Éditions du Centre Pompidou, 1997. p. 109-126.

*Data de registro: 12/012/08*

*Data de aceite: 18/03/09*

